

Dificuldades de aprendizagem ou de ensino? Uma breve revisão de literatura em psicologia

*Leticia Fonseca Reis Ferreira de Castro **

*Débora Cristina Piotto ***

Resumo: Partindo de pesquisas que mostram como muitas das dificuldades atribuídas às crianças pobres são produtos do sistema de ensino, buscou-se verificar quais as concepções de dificuldades de aprendizagem presentes em pesquisas sobre o tema, discutindo suas implicações para a área educacional. Selecionamos e analisamos dezesseis artigos, publicados entre os anos 2000 e 2004 por um programa de pós-graduação em Psicologia, organizando-os em cinco categorias. Doze artigos mostraram conceber as dificuldades de aprendizagem como um problema individual, propondo para seu enfrentamento programas de assistência psicológica. Apenas uma categoria apresentou uma visão de dificuldades de aprendizagem focalizada no contexto de aprendizagem.

Palavras-chave: Dificuldades de aprendizagem. Aluno. Escola.

* Graduação em Pedagogia pela Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo (USP). E-mail: lefonseca@globocom

** Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pelo Instituto de Psicologia da USP. Educadora do curso de Pedagogia da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras de Ribeirão Preto/Universidade de São Paulo. E-mail: dcpiotto@usp.br

Learning or teaching difficulties? A brief review of psychology studies

Abstract: Starting of researches that showed how many of difficulties lays for the poor children are products of education system, this research looked to check what the conceptions of difficulties of learning present in researches that deal with the subject, discussing their implications for the area of the education. We selected sixteen articles about the subject publicized between 2000 and 2004 in one program of pos-graduation in Psychology and organized them in five categories. Twelve articles think the difficulties of learning as one individual problem, suggesting programs of psychology assistance for the diagnosis and the facing of theses difficulties. Only one category has one view about difficulties of learning focused in context of learning.

Key-words: Difficulties of learning. Student. School.

Introdução

Várias pesquisas em Psicologia e em Educação vêm estudando as chamadas dificuldades de aprendizagem, como, na verdade, problemas de escolarização. Esses estudos discutem os chamados problemas de aprendizagem e as questões relacionadas ao tema, contextualizando o papel do sistema escolar na produção de tais problemas, questionando concepções e teorias que atribuem à criança pobre e à sua família a responsabilidade por dificuldades enfrentadas no processo de ensino-aprendizagem.

No início do século XX, nas décadas de vinte e trinta, o pensamento predominante em relação aos chamados problemas de aprendizagem era baseado em um discurso preconceituoso, sobretudo em relação aos negros e aos pobres, ao afirmar que esses não aprendiam devido a fatores como raça e classe social (PATTO, 1990). Essas idéias, presentes ainda hoje em discursos de alguns profissionais tanto dentro da escola quanto em consultórios psicológicos, tiveram origem em meio a teorias de grande prestígio na Europa no século XIX, como o darwinismo social, o evolucionismo e o positivismo.

As idéias de ordem social e neutralidade científica provenientes dessas teorias foram transpostas para a Psicologia, surgindo, assim, a Psicologia Científica, e mais especificamente a Psicometria, que buscava analisar as “aptidões naturais” dos indivíduos e seus padrões de normalidade. Pretendia-se conhecer a natureza humana, medindo, diagnosticando e rotulando para identificar e controlar os indivíduos que fugiriam à “normalidade” psíquica.

Em outro momento, no Brasil, após os anos cinquenta do século XX, as explicações para as dificuldades de aprendizagem, baseadas nas teorias de raça e de hereditariedade, perderam espaço, surgindo teorias que passaram a focalizar a origem de tais dificuldades nos fatores ambientais, de acordo com o meio em que a criança vivia. Nesse sentido, a criança com dificuldades de aprendizagem deixou de ser vista, através das teorias raciais, como possuidora de deficiências em sua condição natural, passando a ser compreendida a partir de influências ambientais que repercutiriam não só em seu desenvolvimento, mas também em sua personalidade.

Surge, assim, uma tendência à psicologização das dificuldades de aprendizagem e os testes psicométricos foram apresentando-se com mais peso, à medida que diagnosticavam as crianças com dificuldades a partir de características pessoais, psicológicas e do ambiente familiar (PATTO, 2000). Essas idéias, que explicavam as chamadas dificuldades de aprendizagem em virtude de deficiências culturais, atingiram seu ápice na Psicologia a partir da elaboração, nos anos sessenta do século XX, da “Teoria da Carência Cultural”, que chegou ao Brasil um pouco depois, em meados dos anos setenta. Essa teoria, baseada em princípios ambientalistas de desenvolvimento humano, explica as dificuldades das crianças pobres em função de uma carência ou uma deficiência de cultura. Sendo assim, as crianças teriam mais dificuldades em seu desenvolvimento físico, psicológico e cognitivo, devido a uma “falta” de cultura.

A partir dos anos de 1980, começam a surgir várias pesquisas que propõem mudar o eixo da discussão, e que, partindo de uma visão

crítica de sociedade, passam a questionar essas explicações e a apontar e discutir a participação da escola na produção das chamadas dificuldades de aprendizagem, nomeadas, mais genericamente, de fracasso escolar.

Pesquisas como as de Patto (1990, 1997, 2005), Souza (1997, 2002), Collares e Moysés (1992, 1996) são alguns exemplos de estudos que discutem a influência das instituições escolares na produção do fracasso escolar, e ao discutirem tal influência, mostram, partindo das reais condições das escolas públicas brasileiras, como muitas das dificuldades atribuídas às crianças são, na verdade, produto do sistema de ensino.

Objetivos

Partindo desses estudos, das questões anteriormente expostas e do entendimento de que muitas das dificuldades atribuídas às crianças são produzidas no interior do sistema de ensino, o presente artigo tem como objetivo discutir as concepções de dificuldades de aprendizagem presentes em pesquisas realizadas por profissionais da área de Psicologia. Mais especificamente, o objetivo da pesquisa é analisar tais concepções e discutir suas implicações para a área educacional.

Metodologia

A realização do presente trabalho baseou-se em uma análise documental. Foi feito levantamento bibliográfico de artigos que tratassem do tema das dificuldades de aprendizagem publicados em anais de um programa de pós-graduação em Psicologia de uma universidade pública, entre os anos de 2000 e 2004. Escolhemos analisar pesquisas publicadas por mestrandos e doutorandos na área da Psicologia para termos exemplos de como os psicólogos têm produzido conhecimento na sua interface com a Educação.

A escolha dos artigos ocorreu através da seleção de palavras-chaves relacionadas ao assunto em questão. A partir disso, foram lidos os resumos dos artigos disponíveis e selecionados os que tratavam, de alguma forma, do tema dificuldades de aprendizagem. Foram encontrados dezesseis artigos. Posteriormente, realizamos leituras e re-leituras dos artigos, bem como a análise de cada um deles. Feito isso, organizamos os dezesseis artigos em cinco categorias, agrupando-os de acordo com assuntos específicos abordados em cada um deles. As categorias organizadas foram: Avaliação Assistida, Auto-conceito e Aspectos Motivacionais, Aspectos Emocionais e Comportamentais, Comportamento e Ambiente Familiar e Família. A divisão dos artigos analisados nessas categorias pretendeu facilitar ao leitor o acompanhamento da discussão empreendida.

A seguir, apresentaremos resumidamente cada pesquisa bem como algumas reflexões para cada categoria.

RESULTADOS

A avaliação das dificuldades de aprendizagem

Na primeira categoria – **Avaliação Assistida** – temos três artigos que trataram desse tipo de avaliação. O primeiro artigo teve como objetivo a verificação da relação dos aspectos do funcionamento cognitivo (que foi avaliado com a combinação da avaliação psicométrica tradicional e da avaliação cognitiva assistida) com o desempenho escolar em leitura e escrita de crianças na 1ª série.

Os sujeitos da pesquisa foram 56 crianças (29 meninas e 27 meninos) ingressantes na 1ª série do ensino fundamental, com idade média de sete anos, de uma escola pública estadual de uma cidade do interior de São Paulo. O artigo não mencionou se as crianças possuíam ou não dificuldades de aprendizagem. A pesquisa buscou a compreensão do desempenho acadêmico dos alunos através da aplicação das avaliações assistida e psicométrica.

A pesquisa concluiu que a avaliação assistida pareceu não ter poder de predição na amostra de escolares com bom desempenho acadêmico, mas se mostrou sensível em detectar as crianças que apresentam desempenho acadêmico insatisfatório. Tentou-se estabelecer no artigo uma causalidade para o fato das crianças irem mal na escola em função de possuírem problemas cognitivos, detectados através da avaliação assistida.

O segundo artigo da mesma categoria apresentou uma pesquisa que objetivou, através de procedimentos de avaliações combinados, identificar indicadores de potencial cognitivo em um grupo de crianças que foram encaminhadas para atendimento psicológico, devido a queixas de dificuldades de aprendizagem escolar. As crianças participantes da pesquisa foram 20 alunos de 1ª a 4ª série de uma escola pública de uma cidade no interior de São Paulo, com idade entre oito e onze anos, sendo a maioria meninos (doze meninos e oito meninas).

A pesquisa concluiu que a avaliação assistida melhora o desempenho das crianças devido à assistência presente nesse tipo de procedimento. Além disso, a pesquisa afirmou também que, mesmo depois da suspensão da assistência, muitas crianças continuaram com o mesmo bom desempenho de antes da suspensão da ajuda.

O terceiro e último artigo da categoria **Avaliação Assistida** teve como objetivo avaliar os aspectos do funcionamento cognitivo de crianças que foram encaminhadas para atendimento psicológico a unidades de saúde, apresentando queixas de dificuldades de aprendizagem.

Da amostra participaram 34 crianças entre oito e onze anos, encaminhadas para atendimento psicológico a um ambulatório de saúde mental, com queixa de dificuldades de aprendizagem, e sem problemas neurológico, psiquiátrico ou genético. Essas crianças cursavam de 1ª a 4ª série e 82% eram alunos de escolas públicas.

A avaliação assistida se mostrou, segundo os autores, um procedimento de avaliação cognitiva bastante eficiente, dinâmico e interativo, pois ao “otimizar” a situação de avaliação, acredita-se que

as crianças possam evoluir em suas estratégias de resolução de problemas. Nesse sentido, concluiu-se que a presença de assistência pode auxiliar a revelar recursos potenciais de aprendizagem da criança. Os resultados apontaram que o grupo de crianças pesquisado era bastante heterogêneo do ponto de vista cognitivo.

Na categoria **Avaliação Assistida**, os artigos, ao discutirem sobre as dificuldades de aprendizagem, a definiram como um problema individual, quando afirmaram, por exemplo, que a partir da avaliação assistida pode-se detectar o nível intelectual das crianças. Em contrapartida à localização das dificuldades no âmbito individual, as pesquisas analisadas, ao proporem um meio de avaliar as crianças com tais queixas, ressaltam a importância da avaliação assistida – que conta com a assistência do examinador. Analisando os artigos dessa categoria, percebemos que a concepção de dificuldades de aprendizagem tem como foco a criança. De um modo geral, as pesquisas apresentadas procuraram estabelecer uma relação entre desempenho escolar ruim e problemas cognitivos.

Consideramos importante refletir sobre o significado da centralidade que a assistência assumiu nas pesquisas apresentadas, sobretudo quando se trata de pensar a relação da psicologia com a área educacional. A necessidade de ajuda para realizar os testes e a melhora no desempenho, por parte das crianças quando auxiliadas, problematizam o entendimento das dificuldades de aprendizagem como algo individual, sem levar em conta o contexto do processo ensino-aprendizagem, no caso, sem considerar o que se passa na escola e que poderia, pelo menos, estar contribuindo para essas dificuldades.

Auto-Conceituação e Dificuldades de Aprendizagem

A segunda categoria definida para análise dos artigos foi **Auto-Conceito e Aspectos Motivacionais**, com quatro artigos.

O primeiro artigo dessa categoria objetivou avaliar o auto-conceito de crianças que possuíam e que não possuíam dificuldades

escolares no momento em que estavam cursando as séries iniciais da escolarização formal. Os participantes da pesquisa foram 60 crianças (30 meninas e 30 meninos), dos sete aos dez anos, alunos de 1ª a 4ª série de uma escola pública do interior de Minas Gerais. As crianças foram divididas em três grupos: G1 – 20 crianças com dificuldades escolares que freqüentavam, além do ensino regular, o programa de Ensino Alternativo¹; G2 – 20 crianças com dificuldades escolares que freqüentavam apenas o ensino regular e G3 – 20 crianças sem dificuldades escolares que freqüentavam o ensino regular com bom rendimento.

Como resultados observou-se que as crianças com dificuldades escolares que freqüentavam, além do ensino regular, o programa de Ensino Alternativo, não apresentaram escore de auto-conceito diferente das crianças com dificuldades de aprendizagem que não freqüentavam esse programa.

O segundo artigo que integra essa mesma categoria teve como objetivo investigar as atribuições de causalidade de alunos do ensino fundamental para situações de fracasso escolar. Os participantes dessa pesquisa foram 40 crianças entre oito e treze anos, alunos da 3ª série de escolas públicas de uma cidade no interior de São Paulo, de ambos os sexos. Metade desses alunos foi classificada, segundo avaliação dos professores, como apresentando alto desempenho acadêmico e a outra metade com baixo desempenho acadêmico.

Foi realizada uma Entrevista de Atribuição de Causalidade com cada criança. Nessa entrevista foram apresentadas três histórias cotidianas da escola sobre fracasso em atividades acadêmicas e os alunos deveriam imaginar que essas histórias eram referentes a si mesmos, analisando as possíveis causas responsáveis pelo mau desempenho.

¹ Programa implantado na cidade de Uberaba-MG para alunos com problemas de aprendizagem já constatados e selecionados através de um diagnóstico psicopedagógico, cujos resultados determinam a prioridade com que as vagas disponíveis serão preenchidas.

Foi apontada nos resultados a predominância da explicação “falta de esforço” para o fracasso escolar; as atribuições “não sei” e “não prestar atenção” ficaram em segundo lugar. Os resultados apontaram uma tendência à internalização do sucesso e do fracasso, visto que as crianças atribuíram a si mesmas a responsabilidade pelo desempenho acadêmico.

O terceiro artigo da categoria **Auto-conceito e Aspectos Motivacionais** teve como objetivo caracterizar a maneira como as crianças com dificuldades de aprendizagem se comportam em relação à produtividade, recursos, manifestações afetivas e comportamento, diante de uma situação de observação orientada para aprendizagem. Para tanto, comparou-se dois grupos de crianças – com e sem dificuldades de aprendizagem – analisando se com o auxílio de um programa de suporte psicopedagógico as crianças com dificuldades escolares alteravam seu perfil de produção e comportamento.

Os participantes foram 50 crianças, de ambos os sexos, de oito a doze anos, alunos de 1ª a 4ª série de 20 escolas da rede pública de uma cidade no interior de São Paulo, com nível intelectual médio inferior, distribuídas em dois grupos: G1 – 24 crianças encaminhadas a um ambulatório de saúde mental com queixa de dificuldades de aprendizagem e atendidas em programa de suporte psicopedagógico de curta duração; G2 – 26 crianças com bom desempenho acadêmico que freqüentavam um Centro de Atendimento Integral a crianças e adolescentes. Foram realizadas avaliações de diversas categorias e testes de desempenho escolar.

Como resultados, o artigo apontou que as crianças com queixa de dificuldades de aprendizagem apresentaram desempenho menos favorável do que as crianças com bom rendimento escolar, em todas as categorias, com exceção da categoria Produtividade, na qual as crianças do G1 (com queixas de dificuldades de aprendizagem) apresentaram rendimento equivalente às crianças com bom rendimento. Esse dado, apesar de contrário às expectativas dos pesquisadores, demonstrou que mesmo com menos disponibilidade de recursos, e estando mais suscetíveis a influências emocionais

negativas, as crianças com queixa de dificuldades de aprendizagem produziram e se comportaram de forma equivalente às outras crianças, demonstrando esforço para realizar as atividades.

Com relação ao suporte psicopedagógico, os resultados apontaram que ele não produziu mudanças no padrão de produção e comportamento das crianças que compunham o G1; no entanto, auxiliou como um “catalisador” da possibilidade de aprendizagem, mantendo a motivação e favorecendo a produtividade escolar futura para as crianças com dificuldades de aprendizagem.

O quarto e último artigo da categoria **Auto-Conceito e Aspectos Motivacionais** buscou investigar em crianças atendidas em uma clínica psicológica, em razão de dificuldades escolares, associações entre os recursos de sociabilidade, averiguados a partir de relatos das mães na época do atendimento, e características de comportamento, desempenho escolar e auto-percepções, avaliadas pelo menos um ano após a alta clínica, dados esses obtidos a partir de um estudo de seguimento.

Os participantes da pesquisa foram 48 crianças, todas encaminhadas a um ambulatório de saúde mental por queixa de dificuldades de aprendizagem, com idade entre dez e quinze anos (o estudo foi realizado um a dois anos após a alta). Foram realizadas também entrevistas com a mãe ou responsável, avaliações de auto-conceito e testes de desempenho escolar.

Analisou-se os resultados de acordo com os indicadores de recursos (obediência a regras e normas, fácil relacionamento com adultos, fácil relacionamento com crianças) e dificuldades (desobediência a regras e normas, dificuldade para relacionamento, tendência a agressividade) relativos à sociabilidade. Foram formados três grupos, a partir de relatos das mães das crianças: G1 – 17 crianças com recursos de sociabilidade (apresentaram todos os indicadores de recursos e nenhum de dificuldade); G2 – 15 crianças com dificuldades nas relações interpessoais (apresentaram todos os indicadores de dificuldade e nenhum de recurso) e G3 – 16 crianças que não alcançaram os critérios de inclusão nos grupos 1 e 2.

O trabalho mostrou que as crianças do G1 demonstraram melhor adaptação psicossocial nos aspectos comportamentais e nas auto-percepções em comparação com as crianças com dificuldades nas relações interpessoais. Concluiu-se, a partir disso, que a percepção das mães em relação aos filhos (sobre ter dificuldades ou recursos para sociabilidade) interferia em como a criança se percebia posteriormente. Desse modo, quanto mais positivos eram os sentimentos ou as crenças dos pais em relação aos filhos, melhores as auto-percepções desses.

A concepção de dificuldades de aprendizagem presente na categoria **Auto-Conceito e Aspectos Motivacionais** esteve ligada ao auto-conceito, ou seja, as crianças com auto-conceito positivo foram apontadas como tendo melhor motivação, o que, por sua vez, favoreceu o desempenho acadêmico, enquanto as crianças com auto-estima baixa foram descritas como podendo desenvolver dificuldades na aprendizagem, principalmente no início do ensino fundamental.

O primeiro artigo dessa categoria afirmou que a família e a escola contribuem para a formação das auto-percepções, no entanto não há referências a quais seriam tais influências nem como elas se dariam. A pesquisa também ressaltou a importância de programas especiais de ensino, como “classes especiais” (Programa de Ensino Alternativo), que algumas crianças com dificuldades de aprendizagem freqüentavam paralelamente ao ensino regular. No entanto, essa afirmação não encontra respaldo nos resultados do artigo, visto que as crianças que não freqüentavam essas classes, obtiveram escores de auto-percepções parecidos com as crianças que estavam inseridas naquele programa.

Partindo dessas considerações, parece-nos possível afirmar que nos artigos que compõem a categoria **Auto-Conceito e Aspectos Motivacionais** as dificuldades de aprendizagem são concebidas como um problema individual da criança, já que tais dificuldades são entendidas como relacionadas com o auto-conceito que as crianças possuem.

Aspectos emocionais e comportamentais das dificuldades de aprendizagem

Na categoria 3 – **Aspectos Emocionais e Comportamentais** – foram analisados três artigos que relacionaram problemas comportamentais e emocionais ao rendimento escolar.

O primeiro artigo teve como objetivo o estabelecimento de comparações quanto à existência de problemas de comportamento e emocionais, entre dois grupos de crianças: um com alto rendimento acadêmico e outro com baixo rendimento. Os alunos foram avaliados pelos seus professores quanto ao rendimento acadêmico, em uma escala de 1 (baixo rendimento) a 10 (alto rendimento). A partir dessa escala foram sorteadas 20 crianças classificadas entre um e dois, para comporem o grupo com baixo rendimento, e 20 crianças classificadas entre nove e dez para o grupo de alto rendimento. Além dessa avaliação realizada pelo professor, foram aplicados testes e avaliações com os alunos referentes a rendimento escolar e comportamento.

A pesquisa concluiu que as crianças com baixo rendimento escolar têm grande tendência a problemas emocionais/comportamentais (como problemas de externalização, de atenção, concentração e dificuldades de fala) em comparação com as crianças com alto rendimento escolar. A partir disso, afirmou-se que as dificuldades de aprendizagem estão relacionadas a problemas emocionais/comportamentais.

Os autores apontaram, ainda, que o professor é uma importante fonte de informação sobre o comportamento e o desempenho escolar das crianças, mas enfatizaram também que existe uma grande necessidade de implementações de programas de assistência externas/extra-escolares às crianças com dificuldades de aprendizagem.

O segundo artigo da mesma categoria teve como objetivo caracterizar crianças com baixo rendimento escolar quanto ao nível intelectual, desempenho em leitura e escrita e problemas sócio-emocionais.

Para isso, foi realizado um estudo do qual participaram 91 crianças (73 meninos e 18 meninas) de 1ª a 4ª série, entre sete e onze anos, de escolas públicas, que foram encaminhadas para o serviço de psicopedagogia de um ambulatório de saúde mental. Foram realizadas duas sessões individuais de testes com as crianças para avaliar o nível intelectual e os problemas comportamentais.

Os resultados indicaram que: 72% das crianças avaliadas apresentaram capacidade intelectual média ou acima da média, 84% apresentaram desempenho no teste de desempenho escolar classificado como inferior em relação à série, 75% apresentaram dificuldades relacionadas a não tomar iniciativa e a não conseguir realizar tarefa sem ajuda e 68% apresentaram problemas de comportamento que foram julgados como problemas comportamentais clínicos.

Esses resultados levaram os autores a concluir que a capacidade cognitiva pareceu não predispor a um desempenho escolar adequado e que o desempenho acadêmico não satisfatório esteve mais associado a dificuldades comportamentais.

O terceiro e último artigo da categoria **Aspectos Emocionais e Comportamentais** objetivou comparar o desempenho escolar e o comportamento de crianças com diferentes níveis intelectuais, que estavam cursando as três primeiras séries do ensino fundamental. A pesquisa contou com 40 crianças entre seis e sete anos, de uma escola da rede estadual de uma cidade no interior de São Paulo. Foram formados dois grupos, um com baixo e outro com alto percentil nos Testes de Matrizes Progressivas Coloridas de Raven. Foram utilizados como procedimentos de coleta de dados, avaliações individuais com as crianças e questionários com professores e pais.

Os resultados apontaram que, em todas as modalidades de testes aplicados, as crianças que faziam parte do grupo com baixo percentil no Raven, ou seja, com menor nível intelectual, demonstraram menor rendimento e também mais problemas comportamentais. Para os autores, o desempenho escolar ruim é um fator de risco para o desenvolvimento da criança.

Tanto os pais quanto os professores relataram poucos problemas de comportamento em relação a ambos os grupos; todavia o grupo de crianças com baixo rendimento escolar apresentou mais problemas desse tipo.

Um ponto a ser destacado na categoria **Aspectos Emocionais e Comportamentais** é a afirmação de que crianças com baixo rendimento escolar possuem tendência a desenvolverem problemas comportamentais, associando dificuldades de aprendizagem a esses problemas. Assim, novamente, as dificuldades de aprendizagem são consideradas como dificuldades individuais, na medida em que se consideram essas dificuldades associadas a problemas comportamentais e emocionais apresentados pelo aluno.

Os problemas comportamentais são concebidos, nas pesquisas que integram essa categoria, como possíveis conseqüências do baixo rendimento escolar, já que a maior parte delas compartilha o entendimento de que as dificuldades de aprendizagem são produtoras de comportamentos não adequados.

A relação entre comportamento e dificuldades de aprendizagem

A categoria 4 – **Comportamento e Ambiente Familiar** – é composta por três artigos. O primeiro teve como objetivo a investigação da associação entre problemas comportamentais e ambiente familiar, em crianças com queixas de baixo desempenho escolar. Participaram da pesquisa 67 crianças entre oito e doze anos que freqüentavam a 1^a, a 2^a e a 3^a séries do ensino fundamental e que foram encaminhadas por escolas públicas a um ambulatório de saúde mental, em virtude de dificuldades de aprendizagem.

Foram utilizados procedimentos de avaliações e entrevistas sobre o ambiente familiar e o comportamento das crianças e, a partir dos resultados, foram formados dois grupos, um composto por 30 crianças (19 meninos e 11 meninas) com dificuldades de aprendizagem e sem problemas comportamentais e outro grupo com 37 crianças

(29 meninos e 8 meninas) com dificuldades de aprendizagem e com problemas de comportamento.

Os problemas comportamentais foram apontados no artigo como fatores de risco pessoal e as características do ambiente familiar, como possíveis recursos, fatores de proteção ou de risco para o desenvolvimento da criança. As dificuldades de aprendizagem foram apresentadas como condição de vulnerabilidade psicossocial da criança ao longo de seu desenvolvimento, ocorrendo em decorrência de características individuais da criança, fatores familiares, escolares ou sociais.

De acordo com os resultados da pesquisa, as crianças do primeiro grupo (com dificuldades de aprendizagem e sem problemas comportamentais) dispunham em seus ambientes familiares de maior variedade de materiais educacionais e de pais mais presentes nos momentos das brincadeiras e estudos, do que o outro grupo. Os autores concluíram, assim, que as crianças do primeiro grupo viviam em um lar mais “coeso e harmonioso”, o que constituiu, segundo eles, um fator de proteção que favoreceu a adaptação das crianças.

O segundo artigo da mesma categoria objetivou comparar as habilidades sociais e educativas de diferentes grupos de pais. Foram comparados dois grupos: um com pais e mães de crianças com problemas de comportamento e outro com pais e mães de crianças com indicativos escolares de comportamento socialmente habilidosos. Com isso, pretendeu-se melhor compreender as relações entre as práticas educativas dos pais e o comportamento dos filhos.

Participaram da pesquisa 96 pais de crianças com idade entre cinco e sete anos, que freqüentavam 13 escolas de educação infantil da rede municipal de uma cidade no interior de São Paulo. Os professores das crianças também participaram da pesquisa ao indicarem as crianças com problemas de comportamento e as com comportamento socialmente adequado. Os dados foram coletados nas residências das famílias, e as variáveis consideradas foram habilidades sociais educativas parentais, variáveis de contexto e repertório comportamental de crianças.

O artigo apontou que os pais de crianças sem problemas comportamentais possuíam habilidades sociais, educativas, parentais e conjugais em maior proporção que o grupo de pais de filhos com problemas de comportamento. Nesse sentido, a pesquisa afirmou que as crianças com indicativos de problemas comportamentais (apontados pelas avaliações realizadas) corresponderam às indicações escolares no que diz respeito à existência de maiores indicativos de problemas de comportamento, problemas esses relacionados com as habilidades parentais.

O terceiro e último artigo da categoria **Comportamento e Ambiente Familiar** teve como objetivo investigar influências de características pessoais das crianças e do ambiente familiar no momento de transição (início da 1ª série) da criança para o ensino fundamental. A pesquisa foi realizada em duas escolas municipais de ensino fundamental de uma cidade no interior de São Paulo e participaram 70 crianças com idade entre seis e oito anos. Essas crianças estavam freqüentando pela primeira vez a 1ª série do ensino fundamental.

As crianças avaliadas pelas professoras como competentes socialmente obtiveram melhores resultados na prova de desempenho escolar e menos índices de stress. De acordo com o artigo, esses resultados apontaram para o fato de que crianças vistas como competentes possuem melhores condições de enfrentamento dos desafios durante o período de transição para o ensino fundamental.

Os resultados indicaram que as características de vulnerabilidade pessoal e as adversidades do ambiente familiar influenciaram no desenvolvimento da criança, assim como no momento de enfrentamento de desafios, como a entrada no ensino fundamental. Assim, tais características e adversidades estão, de acordo com a pesquisa, diretamente relacionadas com problemas comportamentais e acadêmicos e com a competência social da criança. Nesse sentido, as crianças que tinham, em seu ambiente familiar e em suas características pessoais, recursos para o ajustamento escolar,

competência social e consciência fonológica ao ingressarem na 1ª série, apresentaram melhores resultados no período da transição.

Os artigos da categoria **Comportamento e Ambiente Familiar** destacaram o desempenho escolar e os problemas comportamentais/emocionais como dependentes das características do ambiente familiar, argumentando que as dificuldades de aprendizagem podem ser evitadas ou amenizadas a partir de recursos do ambiente familiar, escolar e social.

Foi consenso nos artigos a afirmação de que o ambiente familiar, além das características individuais, influencia o desenvolvimento infantil, assim como seu desempenho acadêmico e comportamento. Dessa forma, pode-se afirmar, de forma geral, que os artigos integrantes dessa categoria associaram as dificuldades de aprendizagem às influências que o ambiente familiar exerce na criança.

As dificuldades de aprendizagem e a família

Na última categoria, de número 5 – **Família** – foram analisados três artigos que trataram da influência da família no desenvolvimento da criança, relacionando-o com o contexto escolar.

O primeiro artigo teve como objetivo a compreensão da dinâmica das práticas educativas desenvolvidas nas famílias de camadas populares e na escola, buscando perceber a influência dessas práticas no desempenho escolar de crianças do ensino fundamental. Os participantes foram alunos de três quarta séries. A pesquisa ressaltou que essas classes foram formadas pela escola, de acordo com o desempenho dos alunos. Na 4ª série S estavam os melhores alunos (27), na 4ª série I estavam os alunos com dificuldades de aprendizagem e problemas de disciplina (20) e na 4ª série F os alunos “fracassados”, que tinham histórico de reprovação escolar (18).

O artigo destacou o grande número de pesquisas que culpabiliza as famílias e os alunos pelos resultados escolares negativos, com argumentos deterministas que atribuem o fracasso escolar às famílias

e às crianças de camadas populares. Em contrapartida, os autores argumentaram que existem vários fatores que interferem no processo de ensino aprendizagem, não sendo a família um fator central, como muitas vezes é indicada.

A pesquisa realizada conclui que as práticas educativas desenvolvidas na família e na escola influenciam o desempenho do educando. Portanto, acreditam os autores que a família, a escola e o educando devem investir no processo de escolarização para que existam maiores chances de sucesso escolar.

O segundo artigo da categoria **Família** teve como objetivo conhecer como pais percebem a escola e o desempenho escolar dos filhos, investigando as diferenças nas representações de dois grupos de pais de alunos, sendo um grupo de filhos com bom rendimento e outro com rendimento ruim. A partir disso, pretendeu-se também investigar até que ponto o sucesso e o insucesso escolares são fatores que influenciam as representações dos pais sobre a escola, buscando entender como a condição de fracasso contribui para a percepção geral da escola e do filho.

Os participantes da pesquisa foram pais de “classe média baixa” residentes em um bairro de periferia de um município no interior de São Paulo com nível escolar diversificado (a maioria possuía o ensino fundamental incompleto). Os critérios utilizados para a escolha dos pais foram análises do histórico escolar dos alunos de cada série do ano anterior ao do início da pesquisa, do 1º bimestre do referido ano e classificação dos alunos pelo professor de cada série. Foram selecionados 32 pais, sendo 16 pais de alunos com desempenho escolar classificado como sucesso e 16 pais de alunos com insucesso escolar.

Os pais de alunos com sucesso escolar relataram que os filhos tiveram uma trajetória de escolarização bem sucedida e se disseram presentes com relação ao auxílio nas tarefas. No caso dos alunos com insucesso escolar, seus pais relataram situações insatisfatórias na história escolar dos filhos, como, por exemplo, um início de experiência escolar marcado por dificuldades acadêmicas. As queixas desses pais

foram desde problemas com a adaptação dos filhos até o fato de eles não conseguirem aprender. Apesar do interesse dos pais pela vida escolar dos filhos, foi apontado pelos autores que isso não garante que os filhos apresentem bom rendimento acadêmico. Dessa forma, os pais de alunos com insucesso sabiam que o filho não possuía bom rendimento escolar e gostariam de mudar algo na instituição; todavia, esses mesmos pais afirmaram que a causa dos problemas enfrentados está na criança e não na escola. Foi observado pelos autores que esses pais pareciam se sentir discriminados pela escola pelo fato de seus filhos apresentarem insucesso acadêmico. A partir desses resultados, os autores concluíram que a percepção da escola para os pais de alunos com sucesso e insucesso difere em função do desempenho escolar dos filhos.

O terceiro e último artigo da categoria **Família** buscou investigar a relação família-escola a partir das representações e vivências de pais de alunos, tentando conhecer o contexto escolar, os agentes escolares, além de compreender o contexto social e histórico das famílias participantes, para assim compreender como se dava a relação família-escola para esses pais. Os participantes foram agentes escolares de uma escola pública estadual de uma cidade no interior de São Paulo e pais de alunos de 3ª e 4ª séries, selecionados a partir de um questionário respondido pelos professores (que indicava quais pais cumprem ou não o que deles é esperado pela escola).

O artigo relatou que existe por parte da escola uma grande responsabilização das famílias pelas dificuldades do aluno, e que os discursos escolares sobre a família são embutidos de pensamentos estereotipados e preconceituosos, o que gera certa exclusão dessa pela escola, contribuindo para uma comunicação ineficaz entre ambas.

A partir da análise dos documentos da escola, os autores perceberam que a relação com a família está baseada nos deveres dos pais e nos discursos de famílias deficitárias, com ênfase nos pais que não cumprem o que lhes é designado. Já em relação aos pais, a pesquisa apontou que a maioria deles acredita que os professores e a escola são os responsáveis pelas dificuldades escolares apresentadas pelos filhos.

De forma geral, os autores concluíram que uma parcela significativa de pais teve uma postura crítica perante a escola, enquanto outros se mostraram acrílicos ou defensivos.

Na última categoria – **Família** – estão reunidos artigos que, embora tenham focalizado suas análises na família, contextualizaram além do papel delas também o da escola no processo educativo, a partir de uma visão mais crítica sobre as dificuldades de aprendizagem.

O primeiro artigo ressaltou que na instituição escolar onde ocorreu a pesquisa são utilizados meios de classificação e divisão de salas de acordo com o desempenho dos alunos, ou seja, formação de classes “fortes” e “fracas”, o que para os autores não é positivo, visto que provoca uma determinação das representações dos alunos, das posturas das professoras, do conteúdo das aulas e também das expectativas em relação à aprendizagem das crianças, possibilitando que a escola deixe de assumir eventuais falhas em suas práticas pedagógicas, culpabilizando o aluno pelo fracasso escolar.

Essa pesquisa, assim como a apresentada no segundo artigo dessa mesma categoria, destacou que as práticas educativas desenvolvidas na família e na escola influenciam no desempenho do educando, devendo a escola e a família colaborar para um equilíbrio no desempenho escolar da criança. Foi consenso entre os três artigos integrantes da categoria **Família** a idéia de que a participação e o interesse da família pela vida escolar dos filhos favorece o aprendizado, mas não garante bom rendimento escolar.

Essa categoria, diferentemente das categorias anteriores, está composta por artigos que possuem uma visão de dificuldade de aprendizagem focalizada no contexto da aprendizagem, retirando do âmbito individual e contextualizando a família e a escola como possuindo influências no desempenho escolar.

Considerações finais

Os artigos das quatro primeiras categorias analisadas concebem as dificuldades de aprendizagem como um problema individual, propondo para seu diagnóstico e enfrentamento, programas de assistência psicológica ou outra forma de apoio extra-escolar, não considerando as condições de produção das referidas dificuldades. Souza et al., (1993, p. 27) colocam uma pergunta bastante pertinente em relação a essa questão: “[...] que problemas a criança apresenta na escola que o simples fato de estar num espaço de uma hora uma vez por semana com um psicólogo, duas ou três vezes, traga tamanha mudança em sua atuação escolar ou em seu comportamento?”

Relacionado a essa concepção, está o fato de as pesquisas apresentadas apoiarem-se, grandemente, em metodologias que têm como principais instrumentos os testes psicológicos, que avaliam características individuais da criança. Os testes de inteligência (conhecidos como testes de QI), através de um suposto conceito de normalidade psíquica, definem parâmetros aos quais os avaliados, que nos casos das pesquisas aqui analisadas são crianças, devem se adequar, avaliando a partir disso o desempenho intelectual delas e definindo o nível de sua inteligência, de forma a classificá-las com base nos resultados obtidos. Como salienta Patto (2000, p. 71): “Este é o ponto da crítica às técnicas de exame psicológico: elas não erram quando buscam tipos psíquicos; erram quando consideram alguns deles [...] como paradigmáticos da saúde mental”. Tais testes, baseados em uma concepção inatista que afirma ser a inteligência um potencial herdado e imutável perante o ambiente, são utilizados para investigar se a criança está dentro dos parâmetros que são definidos de acordo com a idade que ela possui. Assim, como se sabe, esses instrumentos medem se uma criança possui “inteligência” compatível com o que é esperado em sua faixa etária, e caso o resultado seja negativo, isso poderá afetar grandemente sua vida escolar, na medida em que ao se detectar um “déficit de inteligência”, aquela criança estará sujeita a

receber um rótulo de “incapaz” ou “incompetente”. Nesse sentido, Davis e Oliveira (1994, p. 65) afirmam que:

Na escola equiparar a inteligência a uma propriedade inata significa rotular algumas crianças de “incompetentes” sem nenhuma base para tal. As conseqüências [...] são desastrosas, na medida em que se supõe que pouco resta para a escola fazer, pois, quando se supõe que o desempenho insatisfatório é culpa das próprias crianças, não se avalia – por não se considerar ser o foco do problema – a atuação dos professores.

A partir dessas reflexões, pode-se dizer que os testes psicológicos, muitas vezes, “selam” o destino educacional de crianças e, ao invés de promoverem melhoras, “rotulam”, de forma preconceituosa e imprecisa, alunos que não estão obtendo êxito na aprendizagem (PATTO, 1990). Esse tipo de avaliação deixa de lado um ponto imprescindível para a compreensão das dificuldades de aprendizagem, que é a escola, pois ao acreditar que a inteligência é uma capacidade inata que acompanha os indivíduos desde o nascimento, exclui-se a contribuição da escola para o desenvolvimento (ou não) dessa capacidade.

Além da concepção de inteligência em que os testes estão baseados, é importante refletir também acerca dos procedimentos e das situações de testagem a que as crianças são submetidas quando avaliadas, assim como os conteúdos desses instrumentos. Diversos são os fatores que podem favorecer resultados negativos nas avaliações que foram utilizadas em grande parte dos artigos aqui analisados, pois o próprio procedimento de avaliação pode inibir ou atrapalhar o desempenho da criança avaliada.

A “avaliação científica da atividade intelectual”, como Patto (2000) chama os testes de inteligência, tem suas bases na concepção positivista de ciência. Tal concepção, apoiada nos princípios de neutralidade, objetividade, generalização, racionalidade, fidedignidade e replicabilidade, defende um modelo único de metodologia de pesquisa para todos os campos da ciência, incluindo as ciências

humanas. No entanto, em áreas de pesquisas humanas, como a Sociologia, a História e a Psicologia, o objeto de análise é o homem, o que traz certa especificidade para área. Pesquisas na área das ciências humanas, ao se adequarem aos moldes positivistas, acabam, segundo (SILVA, 2000) por negar o sujeito da pesquisa enquanto sujeito que é, fazendo dele um objeto.

As pesquisas realizadas e relatadas nos artigos analisados aqui, ao estudarem as dificuldades de aprendizagem, cumprem exatamente aos objetivos aos quais se propuseram. A discussão empreendida no presente trabalho buscou refletir acerca das repercussões de pesquisas como essas para a área da Educação em sua interface com a Psicologia. Assim, por exemplo, ao focalizarem as dificuldades escolares em questões individuais e familiares da criança, as pesquisas contribuem para a crença de que a escola pouco pode fazer para lidar com as dificuldades apresentadas pelas crianças dentro do ambiente escolar.

É certo que a escola ao encaminhar alunos para avaliações psicológicas compartilha, muitas vezes, de tais concepções, visto que ao encaminhar alunos para exames de ordem psicológica a escola está legitimando tais atitudes e contribuindo para que os encaminhamentos continuem a ocorrer. Esses encaminhamentos a consultórios psicológicos e/ou unidades de saúde, por parte da escola, estão relacionados às fragilidades institucionais do sistema educacional como um todo, pois muitas vezes buscando saídas para as diversas dificuldades encontradas no dia-dia da instituição, professores e demais profissionais escolares buscam nos encaminhamentos “bodes expiatórios” para a má qualidade do ensino e para as condições de trabalho que possuem.

A última categoria, diferentemente das quatro demais, está composta por artigos que possuem uma visão de dificuldade de aprendizagem focalizada no contexto da aprendizagem, retirando do âmbito individual e contextualizando a família e a escola como possuindo influências no desempenho escolar. Diferentemente do que foi analisado nas anteriores, as pesquisas analisadas nessa categoria

expõem uma concepção crítica de escola e de sociedade. A metodologia utilizada nelas constitui-se de procedimentos que propiciaram uma análise mais ampla de todo o contexto escolar e familiar nos quais a criança está inserida. Notou-se que os artigos que compuseram a categoria **Família** trataram as dificuldades de aprendizagem a partir do processo de escolarização, ou seja, a partir das relações que se estabelecem dentro do contexto escolar, considerando que a família possui grande influência, no entanto não determina, sozinha, o desempenho escolar de um aluno.

Nesse sentido, concordamos com Souza (2002, p. 192) quando essa autora afirma que:

A concepção teórica que nos permite analisar o processo de escolarização e não os problemas de aprendizagem desloca o eixo das análises do indivíduo para a escola e o conjunto de relações institucionais, históricas, psicológicas, pedagógicas que se fazem presentes e constituem o dia-dia escolar. Ou seja, os aspectos psicológicos são parte do complexo universo da escola, encontrando-se imbricados nas múltiplas relações que se estabelecem no processo pedagógico e institucional nele presentes. Tal concepção rompe com as explicações tradicionais sobre o fracasso escolar, mudando o foco do olhar de aspectos apenas psicológicos para a análise do indivíduo e suas relações institucionais.

No entanto, diferentemente dessa visão e do que os artigos da categoria **Família** trouxeram, a maioria das pesquisas analisadas aqui localizam a causa das chamadas dificuldades de aprendizagem em características individuais, deixando de lado diversas questões que são de fundamental importância para a análise dessas dificuldades. Entre essas questões encontra-se o fato de que existe, e praticamente sempre existiu, uma política educacional marcada por descasos que proporciona grandes dificuldades em se garantir qualidade para as escolas da rede pública, assim como a política salarial que desestimula os professores. Partindo disso, não se pode deixar de dizer, ao se tratar de dificuldades de aprendizagem, que na vida diária escolar as

dificuldades encontradas estão relacionadas a práticas e processos pedagógicos e administrativos que acabam por produzir maiores dificuldades e que terão reflexos diretos na aprendizagem e no ensino dos bens culturais que cabe à escola transmitir.

Não obstante, o presente estudo, ao analisar pesquisas recentes realizadas por psicólogos, indica que tais questões parecem ainda distantes de serem consideradas por esse profissional na sua prática investigativa junto à área educacional.

Referências bibliográficas

DAVIS, C; OLIVEIRA, Z. M. R. **Psicologia na educação**. São Paulo: Cortez, 1994.

MOYSÉS, M. A. A.; COLLARES, C. A. L. A história ao contada dos distúrbios de aprendizagem. **Cadernos CEDES**, Campinas, n. 28; São Paulo: Cortez, 1992.

_____. **Preconceitos no cotidiano escolar: ensino e medicalização**. São Paulo: Cortez; Campinas: Unicamp, 1996.

PATTO, M. H. S. **A produção do fracasso escolar: histórias de submissão e rebeldia**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1990.

_____. Da psicologia do “desprivilegiado” à psicologia do oprimido. In: _____. **Introdução à psicologia escolar**. 3. ed. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

_____. Para uma crítica da razão psicométrica. In: _____. **Mutações do cativeiro: escritos de Psicologia e política**. São Paulo: Hacker; Edusp, 2000.

_____. Sobre a formação das explicações hegemônicas do fracasso escolar: o lugar das teorias raciais. In: _____. **Exercícios de indignação: escritos de educação e psicologia**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

SILVA, F. L. Conhecimento e razão instrumental. **Psicologia USP**, São Paulo, v. 8, n. 1, 1997.

SOUZA, M. P. R. Problemas de aprendizagem ou problemas de escolarização? Repensando o cotidiano escolar à luz da perspectiva histórico-crítica em Psicologia. In: OLIVEIRA, M. K.; SOUZA, D. T. R.; REGO, T. C. (Org.). **Psicologia, educação e as temáticas da vida contemporânea**. São Paulo: Moderna, 2002.

_____. A queixa escolar e o predomínio de uma visão de mundo. In: MACHADO, A. M.; SOUZA, M. P. R. (Org.). **Psicologia Escolar em busca de novos rumos**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997.

SOUZA, M. P. R. et al. Psicólogos na saúde e na educação: A busca de novos caminhos na compreensão da queixa escolar. **Insight Psicoterapia**, São Paulo, v. 3, n. 33, p. 25-29, 1993.

Recebido em: 01 de agosto de 2007

Aprovado em: 01 de setembro de 2007